

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DAS MERÇÊS DE
CARVALHAL BENFEITO**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC - ESNL

ANEXO

RELATO FINANCEIRO DO ANO ECONÓMICO DE 2015

31-12-2015



NOTAS

1 - IDENTIFICAÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NSRA MERÇÊS CARVALHAL BENFEITO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF - 504 933 264 e o NISS - 200102803349, com sede na Rua D. Gastão, Nº 2 R/C - 2500 - 404 Carvalho Benfeito, freguesia de Carvalho Benfeito concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-2002. A sua atividade principal é Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101). O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS opera em freguesia de Carvalho Benfeito.

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO PAROQUIAL opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. Sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer ao Conselho Fiscal do Centro Paroquial.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imparidade de Ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende:

- O seu preço de compra;
- Quaisquer custos, diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida;
- Sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método (... indicar método: método da linha reta, o método do saldo decrescente; o método das unidades de produção; outro) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.



Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos fixos tangíveis.

Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- Ao custo menos perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser



revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas. "

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos financeiros.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em outras contas a receber.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é ao custo.



Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo histórico.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em inventários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o CENTRO PAROQUIAL;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O CENTRO PAROQUIAL não fez no período do relato vendas de bens

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

No CENTRO PAROQUIAL As prestações de serviços incluem: Mensalidades, quotizações e serviços secundários.

Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:
 - Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
 - Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
 - Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Entidade (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos correntes (Depósitos Bancários), pois não tem royalties nem dividendos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.



Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;



- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos, pois não tem royalties nem dividendos.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização;
- Imparidade de dívidas a receber;
- Justo valor dos instrumentos financeiros.



4 - FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2015				31-12-2014			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	795	115.428	115.018	1.205	359	96.944	96.508	795
Depósitos à ordem	21.026	483.790	484.687	20.129	7.140	390.615	3376.729	21.026
Outros depósitos bancários	14.464	15.406	14.470	15.400	8.477	7.217	1.230	14.464
Total de caixa e depósitos bancários dos quais: depósitos bancários no exterior	36.285	614.624	614.176	36.734	15.948	457.063	457.830	36.285

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 existiram recebimentos e pagamentos conforme detalhado na demonstração de fluxos de caixa.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Ativos fixos tangíveis	31-12-2015										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada Inicial			140.250	38.899	62.466	7.987		2.362			251.963
Depreciações acumuladas iniciais			92.356	38.899	61.497	7.454		2.362		n.a.	202.568
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais			92.356	38.899	61.497	7.454		2.362			202.568
Quantia líquida escriturada inicial			47.894		969	533					202.568
Movimentos do período											49.395
Total das adições			(7.204)		12.893	(533)					5.156
Aquisições em 1ª mão					16.356						16.356
Outras											
Total das diminuições			7.204		3.463	533					11.200
Depreciações			7.204		3.463	533				n.a.	11.200
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)										n.a.	
Quantia líquida escriturada final			40.691		13.864	0		0			54.555
Quantia bruta escriturada final			140.250	38.899	78.823	7.987		2.362			268.321
Depreciações acumuladas finais			99.560	38.899	64.959	7.987		2.362			213.766
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais			99.560	38.899	64.959	7.987		2.362			213.766



Ativos fixos tangíveis	31-12-2014										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.251	38.899	62.466	7.987		2.362			251.963
Depreciações acumuladas iniciais			83.145	38.899	58.183	6.921		2.127		n.a.	189.274
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais			83.145	38.899	58.183	6.921		2.127			189.274
Quantia líquida escriturada inicial			57.105		4.283	1.066		235			62.689
Movimentos do período			(9.211)		(3.314)	(533)		(235)			(13.293)
Total das adições											
Aquisições em 1º inão											
Outras											
Total das diminuições			9.211		3.314	533		235			13.293
Depreciações			9.211		3.314	533		235		n.a.	13.293
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)										n.a.	
Quantia líquida escriturada final			47.894		969	533		0			49.395
Quantia bruta escriturada final			140.250	38.899	62.466	7.987		2.362			251.963
Depreciações acumuladas finais			92.356	38.899	61.497	7.454		2.362			202.568
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais			92.356	38.899	61.497	7.454		2.362			202.568



No ano do relato não foi adquirido qualquer Ativo Fixo Tangível.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Equipamentos biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	8

Dentro de alguns itens existem mais de que uma taxa de depreciação, feito com base na tabela geral de depreciações e da vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de 11.199.37 Euros em 31 de Dezembro de 2015, foram reconhecidas em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização. O seu valor é inferior ao do ano anterior devido ao fim da amortização de alguns ativos.

Não foram reconhecidas Imparidades em Ativos Fixos Tangíveis.

O Valor Correspondente a Ativos Financeiros diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo de 202.60€ em 2015 e de 60.20€ em 2014.

6 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2015, os inventários têm a seguinte composição.



Inventários	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.000	-	1.000	1.193	-	1.193
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-	-	-
	1.000	-	1.000	1.193	-	1.193
Com titularidade restringida:	-	-	-	-	-	-

A variação dos inventários no período do relato encontra-se dentro dos valores dos anos anteriores, mas com uma ligeira subida.

Não há perdas por imparidade no período do relato nem em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2015					31-12-2014				
	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total
Inventários iniciais		1.198			1.198		731			731
Compras		51.227			51.227		43.859			43.859
Reclassificação e regularização de inventários										
Transferências para propriedades de investimento										
...										
...										
Inventários finais		1.000			1.000		1.193			1.193
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		51.425			51.425		43.397			43.397

No ano do relato de referir uma subida do consumo de mercadorias em relação ao ano anterior, tendo iniciado a compra de material clínico, relativamente a 2014, bem como o aumento do custo em alimentação em 2015.

7 - CLIENTES / UTENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:



Clientes / Utentes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente						
Gerais						
Utentes	767		767	840		840
Clientes - títulos a receber						
Gerais						
Utentes						
Outros						

	767	-	767	840	-	840

No final do período de relato a conta clientes/ utentes reflete na sua maior parte a dívida de alguns utentes, referentes ao mês de Dezembro que só foram pagos em Janeiro seguinte. Valores dentro do normal.

8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

	Estado e outros entes públicos	31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Outros impostos			
Passivo			
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			
Retenção de imposto sobre o rendimento		680	296
Imposto sobre o valor acrescentado			
Contribuições para a Segurança Social		5.558	4.280
Tributos das autarquias locais			
Outros (FCT)		18	60
		6.256	4.586

Durante o período de relato a rubrica estado e outros entes públicos reflete os passivos respeitantes à retenção do imposto sobre o rendimento, categoria A e B e contribuições para



a Segurança Social e FCT/FGCT respeitantes ao mês de Dezembro de 2015, a pagar em Janeiro de 2016.

9 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	121	-	121	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.733	-	1.733	-	-	-
Créditos fornecedores	-	-	-	71	-	71
Outros Credores	2.192	-	2.192	680	-	680
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
	4.046	-	4.046	751	-	751

No período do relato a rubrica reflete o valor respeitante ao não recebimento do pagamento pela Junta de Freguesia da verba respeitante ao Protocolo com a mesma e da Associação Recreativa Carvalho Benfeito.

A rubrica crédito de pessoal, refere-se a um engano numa transferência bancária, que vai ser regularizada no período seguinte.

10 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:



Diferimentos	31-12-2015	31-12-2014
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	1.457	1.943
	1.457	1.943
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	-	-

No período do relato a rubrica reconhece pagamento de gastos respeitantes a seguros e outras despesas a reconhecer no ano económico de 2016.

11 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2015	31-12-2014
Depósitos à ordem	20.129	21.026
Outros depósitos bancários	15.400	14.464
Numerário	1.205	795
....		
	36.734	36.285

No ano do relato, verificou-se uma estabilização neste item, apesar da descida do resultado do período em relação ao anterior.

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

O CENTRO PAROQUIAL no ano do relato e outros anteriores não reconheceu imparidades em ativos.



13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos do C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS são compostos por:

Fundos, Reservas e Resultados Transitados	31-12-2015	31-12-2014
Fundo Social	44 187,79€	35 244,61€
Resultados Transitados	44 187,79€	35 244,61€
Variações (Subsídios)		722,38€

No ano do relato a variação na rubrica fundos patrimoniais reflete:

- Resultados transitados - incorporação do resultado ano económico anterior;
- Outras variações patrimoniais (subsídios) - reflete os subsídios recebidos da Junta de Freguesia e do Município das Caldas da Rainha, e da Seg. Social, em 2015, dos quais foi imputado no ano a resultados o valor de 4 609.71€ pela depreciação dos ativos.

14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONAOS COM ATIVOS

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS beneficiou de subsídios ao investimento no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015:

- Subsídio da Seg. Social - Aquisição de 1 viatura - 12 094.00€;
- Da Junta da Freguesia - Aquisição de 1 viatura - 1 500.00€.

Os subsídios recebidos em períodos anteriores são:

- Subsídio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha - Obras Centro de Dia - 6889.11€, no ano económico de 2012;
- Subsídio da Junta de Freguesia para adaptação de uma carrinha para cadeiras de rodas no valor de 6000.00€, no ano económico de 2011.

15 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:



Financiamentos obtidos	31-12-2015		31-12-2014	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas:				
Empréstimos bancários:				
Viatura 39-MJ-41	0		0	
	0		0	
Descobertos bancários				
Loações financeiras				
Outros empréstimos obtidos:				
	0		0	

No ano do relato e no ano anterior não foram contraídos quaisquer empréstimos.

16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores c/c		
Gerais	4.923	4.975
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Outros		
	4.923	4.975

No ano do económico do relato os valores da rubrica fornecedores encontram-se enquadrados com os de anos anteriores, sendo respeitantes a custos suportados/contabilizados referentes a Dezembro de 2015 e que vão ser regularizados no ano económico de 2016.



17 - OUTRAS CONTAS A PAGAR - CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2015	31-12-2014
Utentes	100	
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Financiamentos obtidos - participantes de capital		
Financiamentos obtidos - subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Credores por acréscimos de gastos	17.742	15.698
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros devedores e Credores	205	
	18.047	15.698

Os valores referentes a estes itens, é superior no período do relato. O Item credores por acréscimo de gasto referem-se aos encargos com férias, e outros acréscimos de gastos.

18 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica as vendas e prestações de serviços são assim decompostas:



Rédito das vendas e dos serviços prestados			31-12-2015	31-12-2014
Vendas	Mercado Interno		
Prestações de Serviços	Quotizações			
	Mercado Interno			
		Quotas dos Utilizadores - Mensalidades Utentes	111.563	105.968
		Serviços Secundários	11.977	8.015
			
Contratos de construção			123.540	113.984
		Total	123.540	113.984

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS não faz vendas, apenas faz prestações de serviços aos seus utentes os valores referidos no quadro anterior são divididos pelas suas valências do seguinte modo:

	2015	2014
CENTRO DE DIA	30 515.31€	24 523.50€
APOIO DOMICILIARIO	93 025.12€	89 460.26€

No ano económico do relato verificou-se um ligeiro aumento desta rubrica, relacionado com os novos serviços prestados e um aumento em média dos utentes.

19 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014:



Subsídios, doações e legados à exploração		31-12-2015	31-12-2014
Do Estado e outros entes públicos	Centro Regional Segurança Social	115.601	108.604
	Autarquias -	6.872	6.003
	Instituto do Emprego e Formação Profissional	7.157	5.321
	Protocolo Junta de Freguesia	56.938	47.012
	Outras	566	1.037
	De outras entidades		
Doações e heranças			
Legados			
Total		187.134	167.977

Os valores apresentados no quadro anterior foram subdivididos pelas diversas valências do seguinte modo:

	2015	2014
CENTRO DE DIA	17 569.00€	12 344.86€
APOIO DOMICILIÁRIO	112 627.46€	108 620.19€

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS tem protocolos com o Instituto de Segurança Social para os serviços de apoio social que presta aos seus utentes, sendo:

- Apoio domiciliário - 35 utentes;
- O Centro de dia, em 2014 tinha protocolo para 5 utentes, sendo quem em Maio de 2015 passou a ter protocolo para 12 utentes.
- O subsídio do IEFP subiu em relação ao ano anterior devido à realização de um estágio profissional e outros (POC).

O item referente a autarquias refere-se a uma comparticipação para as despesas da ETAR atribuído pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha à entidade e da Junta de Freguesia. Foi também atribuída uma verba para as despesas na participação no desfile de Carnaval.

O item referente ao Protocolo Junta de Freguesia teve um aumento em relação aos anos anteriores, por aumento da despesa com o mesmo.

20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2015	31-12-2014
Subcontratos		
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	2.305	510
Publicidade e propaganda	45	
Vigilância e segurança	1.051	662
Honorários	3.622	3.266
Conservação e reparação	4.570	4.481
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	3.002	4.101
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	1.727	1.079
Artigos para oferta	262	112
Encargos com saúde dos utentes	552	147
Outros	2.720	406
Energia e fluidos		
Eletricidade	8.593	8.583
Combustíveis	7.504	7.799
Água	578	502
Gás	2.978	3.329
Outros		
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	85	336
Outros		
Serviços diversos		
Comunicação	1.682	2.040
Seguros	2.090	1.906
Contencioso e notariado	784	
Limpeza, higiene e conforto	5.279	3.272
Outros serviços	100	17
	49.530	42.548

No período do relato no item fornecimentos e serviços externos, verificou-se um aumento do valor total dos gastos, devido em parte ao aumento da atividade. Esta estabilização reflete a subida de alguns elementos e subida, mas também a descida de outros.

21 - GASTOS COM O PESSOAL



No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal		31-12-2015	31-12-2014
Remunerações dos órgãos sociais			
	Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal		176.352	149.725
	Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego			
Indemnizações			
Encargos sobre remunerações		36.834	30.422
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		2.217	1.404
Gastos de ação social			
Outros gastos com pessoal		1.290	1.188
	Dos quais:		
	Indemnização despedimento	856	
	Gastos com formação	115	193
	Saúde e Segurança no trabalho	302	659
	Gastos com fardamento	17	
	Outros		336
		216.693	182.739

A composição e remunerações dos Órgãos Diretivos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Diretivos	31-12-2015	31-12-2014
Composição dos órgãos diretivos		
Direção / 5 membros	0	0
Conselho Fiscal / 3 membros	0	0
...		
...		
...		

Os órgãos diretivos do CENTRO PAROQUIAL não são remunerados, pelos seus serviços.

O número médio de pessoas que colaboraram com o C. SOC. PAROQUIAL MERÇÊS no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foram de:



- Trabalhadores remunerados - 23 em 2015 e, de 22 no ano de 2014;
- Órgãos Diretivos, não remunerados - 8 em 2015 e 2014

Verificou-se um aumento do valor deste item, em função do aumento do pessoal, das contribuições para a Segurança Social, do aumento das tabelas remuneratórias, e alterações de categoria profissional.

22 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outros rendimentos e ganhos são assim decompostos

Outros rendimentos e ganhos		31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares			
	Royalties		
	Serviços Sociais		
	Outros rendimentos suplementares	3.794	4.657
	Descontos de pronto pagamento obtidos	130	108
	Recuperação de dívidas a receber		
	Ganhos em inventários		
	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
	Diferenças de câmbio favoráveis		
	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
	Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento		
	Sinistros	955	372
	Alienações		
	Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)	6	15
	Excesso de estimativa para impostos		
	Imputação de subsídios para investimentos	4.610	1.889
	Ganhos em outros instrumentos financeiros		
	Restituição de impostos	1.733	
	Outros		
	Correções exercícios Anteriores		453
	Donativos	3.787	2.708
	Outros não especificados	60	232
	Total	15.075	10.434

No ano do relato um aumento deste item, nomeadamente em donativos, imputação de subsídios e restituição de impostos, que se refere à restituição de 50% do IVA da alimentação



no ano de 2015. Verificou-se uma descida da rubrica outros rendimentos suplementares (festas/filhosos/tasquinhas).

23 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2015	31-12-2014
Impostos/ taxas	451	612
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Cobertura de prejuízos		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Gastos em propriedades de investimento		
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Correções relativas a períodos anteriores	1.013	189
Donativos		
Quotizações	100	200
Ofertas e amostras de inventários		
Insuficiência da estimativa para impostos		
Perdas em instrumentos financeiros		
Subsídios, donativos, bolsas de estudo		
Prestações a associados das mutualidades		
Capitais vencidos - associados das modalidades		
Prestações dos regimes profissionais complementares		
Rendas vitalícias - associados das mutualidades		
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde		
Outros	1	14
	1.565	1.015

Os valores desta rubrica enquadra-se nos valores anteriores.

24 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÃO



Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização		31-12-2015	31-12-2014
Ativos fixos tangíveis			
	Bens de domínio público		
	Terrenos e recursos naturais		
	Edifícios e outras construções	7.204	9.030
	Equipamento básico		
	Equipamento de transporte	3.463	3.314
	Equipamento administrativo	533	533
	Equipamentos biológicos		
	Outros ativos fixos tangíveis		235
		11.200	13.293
Ativos intangíveis			
	Gerados Internamente		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
	Outros ativos fixos intangíveis		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
Ativos Biológicos	...		
Propriedades de Investimento	...		
Total		11.200	17.157

No ano do relato verificou-se uma diminuição total das depreciações dos ativos fixos tangíveis devido a alguns destes já estarem totalmente depreciados.

25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No ano do relato não foram obtidos juros e rendimentos similares.

26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:



Juros e gastos similares suportados	31-12-2015	31-12-2014
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas:		
Financiamentos bancários	0	461
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas de participações de capital		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento:		
Relativos a financiamentos obtidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos		
	0	461

No ano de relato e no anterior os valores desta rubrica relacionam-se com os juros e encargos com o empréstimo obtido para a aquisição de uma viatura, que terminou de ser amortizado no final do exercício de 2014, sendo que em 2015, não houve empréstimos e gastos de juros.

27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No ano do relato o C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS reconheceu os itens de instrumentos financeiros pelo seu valor escriturado. Não tendo ativos financeiros mensurados a justo valor, nem utilizou a técnica de avaliação.

No período também não reconheceu nenhuma imparidade ou reversão de imparidade, também não reconheceu qualquer provisão ou passivos contingentes em ativos financeiros.

28 - RESULTADOS

A informação sobre as principais operações do C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS, por atividade económica resume-se como segue:

RESULTADOS DO PERIODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS

31-12-2015

VALÊNCIAS	AP DOMICIL 2015	AP DOMICIL 2014	CENTRO DIA 2015	CENTRO DIA 2014	PROTOCOLO 2015	PROTOCOLO 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2014	DIF 2015/2014
Vendas e prestações de serviços	93025.12	89460.28	30515.31	24523.5			123540.43	113983.76	9556.67
Subsídios, doações e legados à exploração	112427.48	108620.19	17869.00	12344.86	64937.31	47838.62	187134.37	168803.87	18330.70
ISS IP Centros Distritais	103410.84	102259.62	12190.50	6344.86			115801.34	108504.48	6996.86
Outros	8218.62	6360.57	5378.3	6000.00	66937.91	47838.62	71633.03	60199.19	11333.84
Variação dos inventários da produção									
Trabalhos para a própria entidade									
Custo mercad. vend. das mat. consumidas	32187.80	28191.50	7061.03	4027.36	12178.07	11638.66	51425.02	43857.52	7567.5
Fornecimentos e serviços externos	38393.52	35684.83	7915.50	4773.86	3216.72	2836.95	48629.74	43295.64	6234.10
Gastos com pessoal	134164.74	116210.02	40892.88	32783.92	41545.12	33363.01	216682.74	182356.95	34335.79
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)									
Impendidas dívidas a receber (perdas/reversões)									
Provisões (aumentos/reduções)									
Provisões específicas (aumentos/reduções)									
Outras Imparidades (perdas/reversões)									
Aumentos/Reduções de justo valor									
Outros rendimentos e ganhos	9163.46	5227.27	5912.00	5207.00			15075.46	10434.27	4641.19
Outros gastos e perdas	1313.63	515.06	5265.00	500.00			1554.83	1015.06	549.77
Resultado antes de Depreciações Gastos									
Financiamento e Impostos	8786.06	22706.31	-2218.12	11978	0.00	0.00	6537.93	22696.53	-16158.60
Gastos/reversões depreciação e amortização	3696.37	4909.00	7503.00	8383.60			11199.37	13292.60	-2093.23
Resultado Operacional (antes de Gastos de									
Financiamento e Impostos)	5089.68	17797.31	-9211.12	-6393.38	0.00	0.00	-4661.44	9403.93	-14065.37
Juros e rendimentos similares obtidos								0,00	0,00
Juros e rendimentos similares suportados		360.75		100.00			0.00	460.75	-460.75
Resultado antes de Impostos	5089.68	17436.56	-9211.12	-6493.38	0.00	0.00	-4661.44	8943.18	-13604.62
Imposto sobre rendimento do período									
Resultado Líquido do Período	5089.68	17436.56	-9211.12	-6493.38	0.00	0.00	-4661.44	8943.18	-13604.62



O resultado final em 2015 foi de 4661.44€ negativos e em 2014 foi de 8943.18€ positivos, refletindo uma diminuição de 13604.62€, devido ao aumento das despesas e não totalmente compensado pelo aumento da receita:

- Aumento da receita: 33355€;
- Aumento da despesa: 46960€ - de referir o aumento acentuado das despesas com pessoal.

29 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

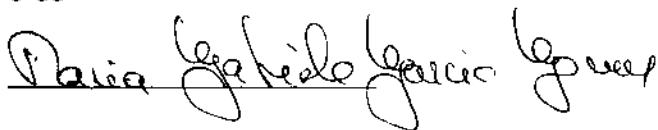
Informação sobre os movimentos nos fundos patrimoniais do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS ver NOTA 13 e 14.

30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O CC



O Presidente da Direção

